

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Clássico S. A. iniciou suas atividades em 1989, estando no mercado há 25 anos. Sua principal atuação consiste na aplicação de recursos próprios no mercado financeiro através de Títulos Públicos Federais de longo prazo, e através de fundos no mercado de títulos e valores mobiliários em ações de empresas nacionais, principalmente do ramo de energia.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, instituído pelo BACEN.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Companhia está apresentando as demonstrações contábeis individuais da controladora (Banco Clássico) e consolidadas.

As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado, foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - IFRS, as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e pelo BACEN (Resolução 4.280/13 e Circular 3.472/09).

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do órgão regulamentador Banco Central do Brasil - BACEN.

Como principais normas homologadas pelo órgão regulamentador, dispomos abaixo, e aplicadas quando em face de enquadramento na norma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

**NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS (CONTINUAÇÃO)**

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 24 – Evento Subsequente;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

Para melhorar o efeito de comparabilidade as Demonstrações Contábeis foram organizadas lateralmente, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações foram preparadas em separado, exceto a Demonstração de Mutação de Patrimônio Líquido e a Demonstração do resultado Abrangente (DRA), pois, ambas são iguais, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações contábeis, controladora e consolidado, foram preparadas de acordo com as normas internacionais (IFRS), e as práticas adotadas no Brasil divulgadas através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

São adotadas as práticas contábeis previstas pela Lei das S/A, sendo as principais:

A) Os resultados das operações são apurados pelo regime de competência.

B) As aplicações interfinanceiras

As aplicações financeiras devem ser classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação a valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

C) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (TVM) – Através das circulares nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e 3.082, de 30 de janeiro de 2002, o Banco Central do Brasil estabeleceu novos critérios de avaliação e classificação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, que estão sendo observados.

D) Negociação e Intermediação de Valores - Demonstradas pelo valor das operações de compra/venda realizadas junto as Bolsas de Valores, por conta própria ou de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

**NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
(CONTINUAÇÃO)**

E) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa constituída de acordo com as normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

F) Permanente

Imobilizado de Uso - Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (moveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamento de Processamento de Dados).

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

G) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 20%, conforme legislação em vigor.

H) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa;

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

**NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
(CONTINUAÇÃO)**

- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos do Banco, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

I) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação, quando aplicável, é calculado considerando-se o número de ações em circulação na data de encerramento do período.

Estes valores são calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço.

- J) Em atendimento ao que determina a CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, registra-se levantamentos efetuados pela RFB relativos a 4 processos sobre PIS/COFINS, cujo montante de principal é da ordem de R\$32 milhões, para os quais o Banco obteve liminar em Mandado de Segurança por representarem débitos oriundos de dispositivos considerados inconstitucionais pelo STF.**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 4 – PARTICIPAÇÕES RELEVANTES EM OUTRAS SOCIEDADES

A Companhia possui 100% da totalidade das cotas do **BANCLASS Fundo de Investimento em Ações** e 100% das cotas do **Fundo de Investimento de Ações Dinâmica Energia** que por sua vez possui 99,99% da **Cia Dinâmica Energia S/A**, caracterizando desta forma controle na tomada de decisões de ambas as companhias.

Os Investimentos no Banclass e FIA Dinâmica estão classificados no ativo do Banco Clássico na rubrica “Fundos de Investimento” enquanto que a Dinâmica Energia encontra-se classificado no ativo do FIA Dinâmica Energia.

NOTA 5 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

O resultado abrangente é calculado ajustando-se o resultado do exercício acrescido ou diminuído do ganho ou perda do ajuste a valor de mercado na data do balanço e seus tributos devidos, tributos estes classificados na rubrica “impostos diferidos” e está sendo apresentado em quadro específico nas demonstrações financeiras.

NOTA 6 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.

Estão representadas por aplicações em operações compromissadas conforme abaixo:

CONTROLADORA

Títulos:	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
LFT	-	4.159
LTN	3.739	1.200
Total	3.739	5.359

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

CONSOLIDADO

Títulos:	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
LFT	-	4.159
LTN	858.027	979.795
Total	858.027	983.954

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria do banco estão classificados na categoria disponível para venda e podem ser assim demonstrados:

CONTROLADORA

Carteira Própria:	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
LFT	45.292	23.343
Cotas de Fundos	4.011.352	3.643.641
Ações de Companhias Abertas	2.498.027	70.343
Total	6.554.671	3.737.327
Vinculados ao Banco Central		
LFT	-	3.834
Total		3.834
Vinculados a Ações de Empresas Estatais		
Moedas de Privatização	54	54
Ajuste a Valor de Mercado	(54)	(54)
Total	-	-
Vinculados a Prestação de Garantias		
Ações de Companhias Abertas	12.862	2.238.065

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Total	12.862	2.238.065
Total Geral	6.567.533	5.979.226

**NOTA7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
(CONTINUAÇÃO)**

CONSOLIDADO

	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
Carteira Própria:		
LFT	93.687	35.241
Cotas de Fundos	19	6
Ações de Companhias Abertas	5.564.488	2.353.726
Total	5.658.194	2.388.973
Vinculados ao Banco Central		
LFT	-	3.834
Total	-	3.834
Vinculados a Ações de Empresas Estatais		
Moedas de Privatização	54	54
Ajuste a Valor de Mercado	(54)	(54)
Total	-	-
Vinculados a Prestação de Garantias		
Ações de Companhias Abertas	12.862	2.238.065
Total	12.862	2.238.065
Total Geral	5.671.056	4.630.872

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 8 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Os recolhimentos correspondentes representam recursos em operações típicas de crédito rural:

CONTROLADORA

Créditos Vinculados	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
Recolhimento de Recursos do Crédito Rural	1	10
Total	1	10

CONSOLIDADO

Créditos Vinculados	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
Recolhimento de Recursos do Crédito Rural	1	10
Total	1	10

NOTA 9 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito do Banco do Clássico estão pactuadas às taxas de 2,39% a.m. Mas durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015, não ocorreram operações de crédito efetuadas pelo Banco Clássico.

Em 30 de junho de 2016 não houve operações com empréstimo de ações e em 30 de junho de 2015 o Consolidado apresentou um resultado de R\$2.732 Mil com operações de empréstimo de ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Estão representados substancialmente pela Interposição de recursos Fiscais e Recursos Retidos pela CBLC.

CONTROLADORA

Diversos	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
Recursos Trabalhistas	1.145	1.145
Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios	300	300
Impostos a compensar	2.307	141
Títulos Livres a Receber	74.740	74.740
Total	78.492	76.326

CONSOLIDADO

Rendas a receber	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
Dividendos e Juros s/Capital Próprio de Companhias Abertas	42.700	41.573
Total	42.700	41.573
Diversos		
Interposição Recursos Fiscais		-
Recursos Trabalhistas	1.145	1.145
Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios	300	300
Impostos a compensar	2.601	725
Títulos Livres a Receber	74.740	74.740
Direitos por Empréstimos		-
Outros		225

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Total	78.786	77.135
Total Geral	121.486	118.708

NOTA 11 – ATIVO PERMANENTE

Os bens que constituem o permanente da companhia apresentam-se devidamente corrigidos pela variação da UFIR, até 31 de dezembro de 1995, e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida fixado por espécie de bem. Em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015, a composição do Ativo Permanente é a seguinte:

CONTROLADORA

Imobilizado de Uso	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
Imóveis de Uso	328	155
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso	(122)	(111)
Móveis e Equipamentos de Uso	14	14
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso	(9)	(7)
Sistema de Comunicação	16	20
(-) Depreciação Acumulada Sistema de Comunicação	(9)	(11)
Processamento de Dados	99	96
(-) Depreciação Acumulada Processamento de Dados	(79)	(75)
Total	238	81

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho 2015. A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

CONTROLADORA

Títulos	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
Arrecadação Tributos e Assemelhados		
Sociais e Estatutárias:		
Dividendos a Pagar	5.102	5.430
Total	5.102	5.430
Fiscais e Previdenciárias:		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	4.732	6.719
Impostos e Contribuições a Recolher	1.325	1.313
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	1.583.926	1.214.362
Total	1.589.983	1.222.394
Diversos:		
<u>Credores Diversos</u>	74.740	74.740
Total	74.740	74.740
Total Geral	1.669.825	1.302.564

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

Títulos	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
Arrecadação Tributos e Assemelhados		
Sociais e Estatutárias:		
Dividendos a Pagar	5.102	5.430
Total	5.102	5.430
Fiscais e Previdenciárias:		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	4.940	6.857
Impostos e Contribuições a Recolher	1.330	1.313
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	1.583.958	1.214.466
Total	1.590.228	1.222.636
Diversos:		
Provisão para Pagamentos a Efetuar	24	13
Taxa de Administração	209	213
Credores Diversos	74.740	74.740
Total	74.973	74.966
Total Geral	1.670.303	1.303.032

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 14 - RECEITAS

As principais receitas estão assim distribuídas:

CONTROLADORA

	06.2016	06.2015
	R\$ Mil	R\$ Mil
Receitas Financeiras		
Rendas em Operações Compromissadas	506	282
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Fixa	1.945	1.254
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Variável	20.948	20.767
Total	23.399	22.302
Receitas de Serviços Prestados		
Administração de Fundos	9	-
Tarifas de Compensação	-	2
Outros Serviços	2	-
Total	11	2
Outras Receitas		
Outras	1	11
Total	1	11
Total Geral	23.411	22.315

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 14 – RECEITAS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

	06.2016	06.2015
	R\$ Mil	R\$ Mil
Receitas Financeiras		
Rendas de Empréstimos	-	2.732
Rendas em Operações Compromissadas	56.229	58.367
Resultado com Títulos de Renda Fixa	3.849	1.782
Resultado com Títulos de Renda Variável	456	1.569.291
(-) Prejuízos com Títulos		
(-) Renda Variável	(34.649)	(1.362.881)
Total	25.885	269.291
Receitas de Serviços Prestados		
Administração de Fundos	9	-
Tarifas de Compensação	-	2
Outros Serviços	2	-
Total	11	2
Outras Receitas		
Outras	13	40
Total	13	40
Total Geral	25.909	269.333

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 15 – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

CONTROLADORA

Outras Despesas Administrativas	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
Despesas de água, energia e gás	12	10
Despesas de aluguéis	84	75
Despesas de comunicações	75	76
Despesas de contribuições filantrópicas	-	-
Despesas de manutenção e conservação de bens	4	7
Despesas de material	4	3
Despesas de processamento de dados	206	144
Despesas de publicações	49	55
Despesas de serviços do sistema financeiro	69	40
Despesas de serviços de terceiros	5	3
Despesas de serviços técnicos especializados	355	373
Despesas de transporte	9	8
Despesas de viagem	33	21
Despesas de taxa de administração do fundo	-	-
Despesas de depreciação	11	8
Outras Despesas Administrativas	406	68
Total	1.322	891

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

**NOTA 15 – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
(CONTINUAÇÃO)**

CONSOLIDADO

Outras Despesas Administrativas	06.2016 R\$ Mil	06.2015 R\$ Mil
Despesas de água, energia e gás	12	10
Despesas de aluguéis	84	75
Despesas de comunicações	75	76
Despesas de contribuições filantrópicas	-	-
Despesas de manutenção e conservação de bens	4	6
Despesas de material	4	3
Despesas de processamento de dados	206	144
Despesas de publicações	71	89
Despesas de serviços do sistema financeiro	291	150
Despesas de serviços de terceiros	5	3
Despesas de serviços técnicos especializados	401	435
Despesas de transporte	9	8
Despesas de viagem	33	21
Despesas de taxa de administração do fundo	1.080	1.167
Despesas de depreciação	11	8
Outras Despesas Administrativas	428	73
Total	2.714	2.268

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O Capital Social, subscrito e integralizado no valor de R\$2.962.948.684,82, está representado por 745.686.601 (setecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e uma) ações nominativas, sem valor nominal, de propriedade de domiciliados no país e ordinárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTINUAÇÃO)

c) Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em abril de 2016 o Banco Clássico formalizou junto ao Banco Central do Brasil o pedido de aumento de capital no valor de R\$104.919 Mil, o referido aumento não está vinculado a emissão de novas ações.

NOTA 17 – PARTES RELACIONADAS

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015 não foram registradas transações entre partes relacionadas.

NOTA 18 – COMPLIANCE

a) Controles Internos - o Sistema de Controles Internos do Banco Clássico é gerenciado em observância às normas estabelecidas pelo CMN e Banco Central do Brasil, Resoluções 2.554/98 e 4.019/11 e atualizações e Circular 3.467/09.

Em 2016 prosseguiu-se à implementações no Sistema de Controles Internos, contemplando as atualizações necessárias, dos procedimentos para fortalecer os controles do Banco nas atividades da Ouvidoria, do Cadastro, da Prevenção à Lavagem de Dinheiro, da Tecnologia de Informações, da Mesa de Operações, do Gerenciamento de Riscos, além dos procedimentos de suporte e prevenção do Plano de Continuidade de Negócios.

O relatório semestral de avaliação do Sistema de Controles Internos do 1º semestre de 2016, apontou recomendações de aprimoramento, tendo-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

se aplicado as ações cabíveis para implementação de melhorias dos controles.

O ambiente de controle reflete a postura da instituição frente aos riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, mediante políticas, procedimentos e uso de práticas adequadas, definição de alçadas e responsabilidades em todos os níveis organizacionais.

b) Estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais - o modelo de gerenciamento do risco operacional do Banco Clássico, mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 3.380/06 e atualizações, que define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui-se nesta definição o risco legal associado à deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos operacionais inerentes aos seus negócios.

Os manuais e normas pertinentes encontram-se disponíveis nas dependências da instituição, conforme determinado no art 4º da Resolução CMN nº 3.380/06.

O relatório anual contendo a descrição completa da estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais, conforme determinado no art 4º da Resolução 3.380/06, está disponível nas dependências da instituição.

c) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado - o modelo de gerenciamento do risco de mercado do Banco Clássico, mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 3.464/07 e atualizações, que define como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo-se os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos preços das ações. A política da instituição, em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Executiva, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Dessa forma, a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da empresa está apta a avaliar e monitorar os riscos associados garantindo eficiência na gestão desses riscos, controlando ainda, o PRE (Patrimônio de Referência Exigido) de sua carteira conforme determina a Resolução n.º 4.193/13 do CMN.

O relatório anual contendo a descrição completa da estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado, conforme determinado no art 6º da Resolução 3.464/07, está disponível nas dependências da instituição.

d) Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Crédito - o modelo de gerenciamento do risco de crédito do Banco Clássico, mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução CMN n° 3.721/09 e atualizações, que determina a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito compatível com a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da instituição.

A Resolução CMN n° 3.721/09, define como risco de crédito, como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos de crédito.

A documentação pertinente encontra-se disponível nas dependências da instituição, conforme determinado no art 4º parágrafo 2º da Resolução CMN n° 3.721/09.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O relatório anual contendo a descrição completa da estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais, conforme determinado no art 7º da Resolução 3.721/09, está disponível nas dependências da instituição.

e) Risco de Liquidez - o modelo de gerenciamento do risco de liquidez do Banco Clássico, mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 4.090/12 e atualizações, que define como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, corrente e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos de liquidez.

O Banco mantém carteira de aplicações em títulos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que garantem suficientemente suas obrigações, mantidas em nível mínimo, por se tratar de banco não alavancado, concentrando os controles diários no acompanhamento dos limites mínimos de caixa, estabelecidos pela Diretoria, os quais permitem que ações prévias sejam adotadas para garantir um caixa seguro e rentável.

A documentação pertinente e relatório anual encontram-se disponíveis nas dependências da instituição, conforme determinado no art 6º da Resolução CMN nº 4.090/12.

f) Gerenciamento de Capital – o modelo de gerenciamento de capital do Banco Clássico é estruturado em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11 e atualizações. A estrutura é adequada à complexidade de suas operações, e objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Resolução 3.988/11 define o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: a) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O relatório anual contendo a descrição completa da estrutura de Gerenciamento de Capital, conforme determinado no art 7º da Resolução 3.988/11, está disponível nas dependências da instituição.

g) Política de Remuneração – a política de remuneração do Banco Clássico é estruturada em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

A Resolução 3.921/10, define como remuneração o pagamento efetuado em espécie, ações, instrumentos baseados em ações e outros ativos, em retribuição ao trabalho prestado, compreendendo remuneração fixa, representada por salários, honorários e comissões, e remuneração variável, constituída por bônus, participação nos lucros e outros incentivos associados ao desempenho.

A política de remuneração dos administradores do Banco é compatível com a política de gestão de riscos, formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco e determinada independentemente do desempenho das áreas de negócio, de forma a não gerar conflitos de interesse.

h) A Ouvidoria, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor, mantendo-se adequadamente estruturada e em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 4.433/15 e atualizações.

Não há registro de recebimento de qualquer manifestação de clientes. As informações e documentação pertinente da Ouvidoria, conforme determinado no art 18 da Resolução 4.433/15 está disponível nas dependências da instituição.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS SEMESTRES FINDOS EM JUNHO DE 2016 E JUNHO DE 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

i) O Comitê de Auditoria, órgão colegiado, instituído em atendimento a regulamentação do Sistema Financeiro, Resolução 3.198/04 e atualizações, avaliou, nesse período, o sistema de controles internos e concluiu que o mesmo tem sido objeto de permanente atenção por parte da administração e, vem sendo aprimorado e mostra-se efetivo e adequado às necessidades dos negócios da Instituição. Da mesma forma foram analisados os trabalhos realizados pelos Auditores Externos, não sendo identificados fatos que pudessem prejudicar a sua atuação.

O relatório semestral do Comitê de Auditoria, conforme determinado no art 17 e em seu parágrafo 1º, do regulamento anexo à Resolução 3.198/04, está disponível nas dependências da instituição.

i) Fundo de Investimentos – a estrutura de controles internos para gestão de recursos, para distribuição de títulos e valores mobiliários, para custódia e para administração fiduciária implantada, em conformidade com as instruções CVM nºs 558/15, 555/14, 542/13, 543/13, 505/11, 538/13 e 301/99, atendem às normas, políticas e regulamentações vigentes, assegurando a confidencialidade e fidelidade das informações e a prestação de informações aos clientes, aos cotistas, ao COAF e à CVM.

NOTA 19 – EVENTO SUBSEQUENTE

De acordo com a deliberação CVM nº 505, a Companhia declara que não houve eventos posteriores a este exercício que impactaram de forma relevante as operações e plano de negócio aprovados pela companhia.